

12-1-2015

A II Assembleia Especial para o Sínodo "Pró África"

Manuel de Sousa Gonçalves

Follow this and additional works at: <https://dsc.duq.edu/missao-espirtana>

Recommended Citation

de Sousa Gonçalves, M. (2015). A II Assembleia Especial para o Sínodo "Pró África". *Missão Espiritana*, 25-26 (25-26) Retrieved from <https://dsc.duq.edu/missao-espirtana/vol25/iss25/44>

This Article is brought to you for free and open access by Duquesne Scholarship Collection. It has been accepted for inclusion in Missão Espiritana by an authorized editor of Duquesne Scholarship Collection.

tica, marcada pela Adoração e pela oração de Ação de Graças (pois que, por lei da Igreja, em princípio uma Exposição do Santíssimo deve ter ligação com uma celebração eucarística precedente). É que a Eucaristia, como o próprio termo indica, é a grande Ação de Graças que a Igreja, unida a Cristo e por Ele oferece a Deus Uni-Trino.

Há esperanças fundadas de que a repercussão pastoral deste Congresso Eucarístico espalhe, por longo tempo ainda, ondas de fervor e empenho cristão entre as gentes do Kwanza-Sul. Mesmo a terminar, ajunto um pormenor importante: a unidade do Presbitério à volta do Bispo. Foi uma impressão que me ficou, e que não é imaginada. Foi bonito ver que, no fim da Ordenação sacerdotal, quando é costume o neo ordenado saudar o povo, se juntou espontaneamente a ele a “turma” dos sacerdotes mais novos, e todos, de mãos dadas, levantaram os braços em saudação à numerosa Assembleia da Eucaristia. Ser ordenado sacerdote significa, antes de mais, entrar a fazer parte de um Presbitério que, com o Bispo à cabeça, dinamiza e aviventa a unidade e o testemunho cristão das Comunidades e dos crentes. Que bom será que o Presbitério da jovem Diocese do Sumbe se mantenha sempre unido ao seu Bispo e entre si, e em calorosa comunhão de fé com as numerosas Comunidades que formam a “família diocesana”.

In «Encontro», dezembro 2006 n° 393. pp. 4-6

A II ASSEMBLEIA ESPECIAL PARA O SÍNODO “PRÓ ÁFRICA”

1. UMA IDEIA QUE VEM DE TRÁS

Reparem no título. Se a ideia vem de trás, e se vai ter lugar uma outra Assembleia Sinodal acerca da Igreja em África e seu serviço nesse Continente, quando e como será? E quando teve lugar a I Assembleia do mesmo Sínodo? Será que haverá continuidade de temas e orientações entre uma e outra? E por que razão se diz no título Sínodo Pró-África e não “Sínodo Africano”?

Mas comecemos por recuar até à origem da prática sinodal na Igreja pós-conciliar, dentro do quadro de um dos conceitos-chave trazidos pelo Concílio: a dimensão de “colegialidade” (isto é, de comunhão e unidade de

grupo), própria do Sacramento da Ordem (tanto a nível de Episcopado como de Presbiterado), e tanto na doutrina como no plano da sua vivência.

O termo “Sínodo”, etimologicamente, significa “caminhada conjunta”. A prática sinodal é ainda hoje característica das Igrejas Ortodoxas do Oriente. Assim, à volta de cada Patriarca oriental, há o seu Sínodo de Presbíteros; e a Autoridade máxima nessas Igrejas é o “Santo Sínodo”, que reúne todos os Bispos de uma mesma Região. Mentalidade e prática sinodal foram igualmente típicas da Igreja dos primeiros séculos. O Concílio abriu caminho para reinstaurar a sinodalidade na Igreja do Ocidente de duas maneiras: recomendou a prática de Sínodos diocesanos, e vários houve já, mesmo entre nós; e, na linha do Concílio, Paulo VI criou na Santa Sé um Secretariado Romano para organização e promoção de Sínodos regionais. Desse modo, já se realizaram Sínodos para debater problemas eclesiais e buscar orientações comuns para todos os continentes do mundo.

A África vai ter o seu II Sínodo. Sendo “Sínodos” para questões que dizem respeito à Igreja Universal, dir-se-á que são “Gerais”; se se referem a uma região ou Continente, são “Especiais”. Tal será o próximo Sínodo Pró-África.

A primeira Assembleia do Sínodo sobre a África

Da I Assembleia Especial de Sínodo Pró-África, convocada por João Paulo II e realizada entre 10 de Abril e 8 de Maio de 1994, em Roma (há 12 anos), resultou um Documento de orientação espiritual e pastoral que teve o título de “Ecclesia in Africa” (“Igreja em África”), publicado em 14.09.1995.

Depois, por minha conta, digo no título “Pró-África” e “Sínodo Africano”, para recordar a polémica que se gerou durante a fase de preparação do primeiro Sínodo, por parte de vários teólogos de dentro e fora de África, e ainda alguns Pastores do Continente, os quais reclamavam algo mais “africano” do que uma Assembleia realizada em Roma sob auspícios de uma entidade da Santa Sé, fora de África e com presença romana que se receava fosse excessiva. É que a primeira ideia que houve no ar, nos Centros Teológicos do Continente, não foi de um Sínodo; foi de um “Concílio africano”, dirigido por africanos e tratando questões da Igreja em África. Tal ideia terá surgido pela conjugação de dois fatores: Paulo VI ter afirmado em Kampala, quando lá foi em 1966 para a canonização dos Mártires do Uganda, que, vista a expansão do cristianismo em África, se poderia considerar esse Continente a “nova Pátria de Cristo”; em segundo lugar, a afirmação da identidade africana, aos níveis da cultura e da política com a sucessão de independências africanas durante e depois da década de 1960. Paralelamente, aventaram alguns Bispos e teólogos,

era tempo de a África afirmar a sua relativa adulez cristã com um Concílio continental. Concílios Provinciais ou Regionais eram comuns na Igreja a partir dos séculos V-VI, e houve dezenas deles na região de África do Norte, antes de esta ser islamizada (pelo menos 16 celebrados em Cartago só até ao século VII). Nesse caso, por que não um “Concílio Geral Africano”?

Os riscos de um Sínodo em África

Na troca de opiniões, cedo se viu que havia demasiado “platonismo” em tal ideia: onde localizar tal “Concílio”? Realizá-lo com que meios e logística? Onde buscar o suporte financeiro? Como evitar possíveis confrontos ideológicos capazes de ferir a unidade eclesial, dado que existia orientação teológica diversificada nos vários Centros de reflexão cristã do Continente? A ideia de uma ampla Assembleia a nível do Continente, cedo se tornou consensual; mas o quê, como e onde, constituía problema. A Ideia, em si, recebeu apoio do Papa João Paulo II aquando de várias das suas visitas a países africanos. Mas bem cedo alguns Bispos chamaram a atenção para os riscos de um Concílio continental. Dois, sobretudo: a intromissão dos poderes políticos e o jogo dos internacionalismos ideológicos, nessa altura “ao ataque” em África. O risco de a Igreja em África se destacar demasiado da comunhão universal também foi citado. A história ensina que a unidade da Igreja é de certo modo vulnerável em contextos de confronto teológico. Foi assim com a separação da Igreja do Oriente no século XI, e com a separação trazida pela Reforma Protestante no século XVI. Apesar de tudo, João Paulo II tomou a decisão: depois de consultar as Conferências Episcopais do Continente (que já eram então 34, mais 9 Regionais), e em acordo com o parecer da Federação das Conferências Episcopais Africanas – o “SECAM” (a sigla diz, em inglês, “Symposium of the Episcopal Conferences of Africa and Madagascar), decidiu: um Sínodo de reflexão e estudo em que colaborassem as Igrejas locais, a realizar em Roma, sob orientação do Secretariado criado por Paulo VI, mas dirigido por um Grupo de Bispos Africanos e com representação de todas as Conferências Episcopais do Continente.

A decisão acabou por agradar, com exceção de teólogos sobretudo de fora do Continente, críticos do que chamavam (e ainda chamam) a “excessiva centralização romana da Igreja”.

Alguns deles recusaram considerar que o Sínodo, nessas condições, se pudesse qualificar de “Africano” – por isso lhe chamei então “Pró-África”. O certo, porém, é que as orientações do Sínodo, consignadas no Documento Pós-sinodal, trouxeram algum vigor à vida cristã das Comunidades.

Os novos problemas de África

É esse influxo da I Sessão que a próxima Assembleia tenciona verificar, de forma a intensificar a ação da Igreja no Continente, ao mesmo tempo em linha com as orientações da I Assembleia e procurando responder aos graves problemas que afetam todos os sectores da vida das populações africanas: as doenças (com a gravidade do Sida, da malária e da tuberculose), as guerras fratricidas, a corrupção à volta da política, a pobreza do povo, a divisão e a intolerância na sociedade, a exploração internacional. Desse modo, a reflexão da II Assembleia do Sínodo Especial Pró-África, centrar-se-á nas questões de Justiça, Paz e Desenvolvimento, e o serviço da Igreja, interpelada por tais problemas.

No Documento que vai ser ponto de partida para a reflexão no seio das Comunidades cristãs do Continente, só o título já fala por si: “A Igreja em África ao serviço da Reconciliação, da Justiça e da Paz”. Com este lema tirado do capítulo 5 do Evangelho de S. Mateus: “vós sois o sal da terra, vós sois a luz do mundo”. Esta II Assembleia terá lugar depois de Janeiro de 2008, em data a precisar.

In «Encontro» n.º 395 – fevereiro 2007

2. DE NOVO O SÍNODO EM MARCHA

De ordinário, um Sínodo de âmbito continental resulta da interação entre o Secretariado Romano do Sínodo, as Conferências Episcopais Nacionais e Federações Regionais, os Centros Teológicos do Continente, e a colaboração das Comunidades cristãs. Cada Conferência Episcopal faz a síntese das reflexões de todos, e envia-a a Roma, ao Secretariado. Este, por sua vez (e em geral com colaboração de Bispos e teólogos do Continente) centraliza a apor-tação vinda de todos os intervenientes, e redige um 1º texto de base, que leva o título de “Linhas Gerais” (na expressão latina, os “Lineamenta”), contendo a fundamentação teológica para o Tema que foi escolhido para o Sínodo e uma análise da situação socio-religiosa e cultural da Região, bem como sugestões de orientação pastoral. Este texto inicial, normalmente, conclui com um questionário relativo ao conteúdo do Documento, o qual servirá de ponto de partida para a reflexão dos vários escalões das Igrejas locais, incluindo as Faculdades de Teologia e os Centros de Pastoral.

Em África, existem vários Centros de Teologia e de Pastoral com projeção internacional: o Instituto Católico de Abidjan (Costa do Marfim), o Ins-

tituto Católico de Yaoundé (Camarões), a Faculdade de Teologia da Universidade “Lovanium” de Kinshasa (Zaire), o Instituto Pastoral Eldoret de Nairobi (Quênia). Podemos ainda acrescentar o Instituto Superior de Teologia de Madagáscar e o Instituto Espiritano de Teologia (SIST), de Enugu (Nigéria). A Santa Sé insiste com a Universidade Católica de Angola por que institua a sua Faculdade de Teologia, e pensa-se nisso: mas a ideia está ainda longe da sua efetivação.

Porquê uma 2ª sessão?

A ideia de uma II Sessão do Sínodo “Pró-África” começou por ser sugerida, como continuação da I Sessão e seu “aggiornamento”, por várias Conferências Episcopais africanas. João Paulo II fê-la sua e anunciou o novo Sínodo em 13.11.2004. Bento XVI confirmou a iniciativa de seu predecessor em 22.6. 2005, numa reunião com o Secretariado Romano do Sínodo e na presença do Conselho Especial para África do mesmo Secretariado. E anunciou logo o tema geral da Assembleia e o lema escolhido: “A Igreja em África ao serviço da Reconciliação, da Justiça e da Paz” – “vós sois o sal da terra”..

Manifestou o desejo de que a nova Assembleia fizesse o balanço dos frutos da I Sessão, em todos os planos, mas privilegiando a dimensão eclesial. Chamou a atenção para a nova situação do Continente, a ter em conta, com o objetivo de um aprofundamento da evangelização e a análise dos problemas, a que a Igreja não pode ser indiferente, que afligem as populações locais. Para a escolha do tema, contribuiu por certo um Documento do SECAM, com o título, inspirado na I Sessão, de “Igreja-Família de Deus – lugar e sacramento de perdão, reconciliação e paz em África – Cristo é a nossa Paz, Ef.2.14”, publicado no princípio de 2002 (texto na “Documentation Catholique” de 20.1.2002).

O motivo apontado para esta II Sessão é duplo: por um lado, o notável crescimento da Igreja no Continente africano; por outro, os pesados problemas que afetam a vida das suas populações, a tal ponto que o Continente, contribuindo bastante, pelos seus recursos, para a riqueza mundial, dela beneficia muito pouco, e não recebe no concerto das nações a consideração e o respeito que merece. Tendo em conta que nada do que é humano deve ser estranho à Igreja, considerando que ela tem por Missão salvar o homem concreto, como serve da Humanidade e continuadora da Encarnação Redentora de Cristo, uma Assembleia Pastoral centrada na realidade africana não podia deixar de se questionar sobre o que pode fazer a Igreja, mesmo no plano humano e social, em favor da população do Continente. A escolha do tema geral, em torno dos problemas de Justiça e Paz, provém da convergência de três constatações:

os problemas sociais que afligem o povo em África; a consciência de que a Igreja é chamada a ser lugar e ícone de fraternidade; a certeza de que a Igreja em África tem energia interior e capacidade testemunhante para ajudar na regeneração da sociedade africana, trazendo mais concórdia e bem-estar ao povo. O Documento preparatório é ao mesmo tempo doutrinalmente denso, mas também prático. O seu “ponto alto”, o clímax, é a CONVOCATÓRIA geral que o texto (ainda que somente inicial) dirige a “todos os estados de vida cristã” em África, para um serviço conjunto, de toda a Igreja, em favor da Justiça e da Paz no Continente.

Os próximos passos

O contributo das Conferências Episcopais, dos Centros de Teologia e das Comunidades cristãs, em resposta ao questionário final, terá de ser enviado ao Secretariado de Roma (pede o texto) antes do fim de Outubro de 2008. A partir desse contributo geral, será elaborado o chamado “Documento de Trabalho” (na expressão latina, o “Instrumentum Laboris”), a ser apresentado na Assembleia Geral e nas Comissões de trabalho desta II Assembleia. O Documento inicial apareceu traduzido em francês, inglês, português e italiano e, a pedido do Secretariado, será traduzido nas várias línguas africanas, para uso das Comunidades locais. Retomando um costume caro a João Paulo II, o Documento termina com uma oração a “Nossa Senhora de África” – um título mariano apreciado pelos Espiritanos, que faz lembrar a titularidade da 1ª igreja construída em Ceuta e a presença portuguesa no norte de África nos séculos XV-XVI. A data definitiva para a reunião desta II Assembleia será comunicada quando tudo estiver amadurecido para a reunião final dos Bispos e Delegados.

In «Encontro» n.º 396 – março 2007

3. A LINGUAGEM DOS NÚMEROS

Quando se referem à Igreja em África, as Revistas de informação missionária costumam destacar o claro progresso da Igreja Católica nesse Continente. As estatísticas que circulam, e que se podem consultar no Anuário da Santa Sé, evidenciam de facto um desenvolvimento quantitativo notável da Igreja. Por detrás dos números, quem por lá tem missionado sabe que também há qualidade cristã, expressa na disponibilidade de tantos catequistas (Responsáveis das Comunidades rurais), no crescimento

da Vida Contemplativa (só em Angola existem presentemente 5 mosteiros de Irmãs de clausura). Podem tirar-se algumas ilações da comparação entre estatísticas referentes à Igreja no ano de 1991 (extraíveis do Anuário Pontifício), e aquelas que, no Preâmbulo, oferece o texto-base (os “Lineamenta” ou “Linhas Gerais”) que o Secretariado Romano do Sínodo disponibilizou para as Conferências Episcopais e as Comunidades cristãs, e que é o ponto de partida para a reflexão preparatória da Assembleia Sinodal, em 2008.

Vejam os números referentes à situação da Igreja (numa população global, que o Documento do Secretariado diz ser de 664 milhões e 913 mil, mas que outras fontes afirmam ser, no conjunto do Continente, menos cerca de 100 milhões que o número avançado pelo Documento Vaticano):

Os números têm sempre, em estatísticas referentes à vida cristã e sentido de pertença à Igreja ou empenho na Missão, significado bastante relativo. Mas é sintomático que na Igreja em África, exista já envio de missionários locais para outras áreas do Continente e mesmo para a Europa; que no plano da resposta vocacional da Juventude cristã, tendo havido certa quebra em números nos últimos tempos, numa visão global na Igreja em África não se pode falar de crise de vocações (outra questão é o problema da perseverança dos vocacionados, mesmo depois da consagração eclesial).

Se a Vida Consagrada pode ser vista como floração de vida cristã de certa qualidade, é significativo que haja em África várias Congregações, sobretudo Femininas mas também algumas Masculinas, nascidas no quadro das Igrejas locais. São indícios de qualidade cristã.

Naturalmente, a II Assembleia Sinodal vai retomar o apelo da I Assembleia a uma vida de mais comunhão eclesial, de mais testemunho cristão dentro da Sociedade, de mais santidade, e (no quadro do tema escolhido para o Sínodo) de uma entrega mais generosa às tarefas de Solidariedade, Justiça, Paz e Promoção Social. É sabido que a Igreja em África tem uma presença notável, por todo o lado, nos campos do Ensino, da Assistência e da Saúde. Os sinais que se descobrem no Documento prévio do Sínodo são de que, com ele, a Igreja procurará ir mais longe nesse campo do serviço concreto do Povo Africano.

Quer isto dizer que as Comunidades cristãs do Continente se vão preparar para a celebração do Sínodo e a “receção” das suas orientações com muita esperança, dispondo-se a seguir os apelos que o Espírito lhes lançará pela voz dos seus Pastores. Cabe à Igreja Universal acompanhar com a oração, e com sentido de comunhão na Missão Universal da Igreja, mais esta “hora da África cristã” de que o Sínodo deverá ser apelo e compromisso.

| | <i>Ano 1991</i> | <i>Ano 2004</i> |
|-------------------------------------|-----------------|-----------------|
| CATÓLICOS | 92.078.000 | 148.817.000 |
| Paróquias (a maioria com sacerdote) | 9.189 | ? |
| Bispos residentes | 497 | 630 |
| Sacerdotes diocesanos | 10.903 | 20.358 |
| Sacerdotes religiosos | 9.865 | 10.901 |
| Religiosos Leigos (Irmãos) | 43.476 | 7.791 |
| Catequistas | 264.114 | 379.656 |
| Irmãs Religiosas | ? | 57.475 |

4. CONTINUIDADE ENTRE A I E A II ASSEMBLEIAS

Na Introdução, o atual Documento Preparatório (os “Lineamenta”) da II Sessão afirma a intenção de que a nova Assembleia retome as linhas principais da I, as leve mais longe, faça o balanço dos seus frutos e verifique o que faltou levar à prática. Doze anos depois da I Sessão, da qual saiu o Documento teológico-pastoral (“Ecclesia in Africa”) que orientou a Missão no Continente nesse espaço de tempo, o objetivo da II Sessão é duplo: levar por diante o impulso evangelizador da I Sessão (uma linha de continuidade); e, reconhecendo que o Povo africano, talvez mais que os Povos de outros Continentes, sofre uma situação de “desumanização e opressão” (termos do Documento) que a consciência cristã não pode tolerar, tendo em conta o que S. Paulo escreve em Rom. 14 17 sg (“O Reino de Deus tem a ver sobretudo com Justiça, Paz e alegria no Espírito Santo”). Faz parte igualmente dos objetivos da II Sessão a reflexão sobre o alcance social da Missão da Igreja, nos planos da Justiça social e de um Desenvolvimento humano integral. Daí, a escolha do tema central da Sessão.

Mesmo no campo da Justiça social, a II Assembleia estará em continuidade com a I Sessão. O Documento final desta já insistira no tema, chegando a lembrar aos cristãos empenhados na vida política o dever de levarem o fermento do Evangelho para o seu serviço do bem comum da Nação: “a África precisa de políticos santos, que entendam o seu serviço do Bem Comum ao mesmo tempo como parte da sua Missão cristã e do seu próprio percurso de santidade pessoal” – ideia e proposta expressas no texto de “Ecclesia in Africa”.

A Igreja como família

O conceito teológico à volta do qual tudo gira no Documento final da I Assembleia, é a perspetiva eclesiológica de “Igreja como “Família de Deus”. O conceito de “família” é importante na cultura e na sensibilidade africana, pois é aí que assentam a segurança, a solidariedade e a comunhão necessárias à vida. Pode ser levado ao exagero esse sentido de apoio familiar; por exemplo quando o africano rural viaja, por vezes não leva nada para o caminho, fiado em que encontra família no percurso e que ela o ajudará; ou quando alguém melhora a sua situação social, pode acontecer que toda a família lhe caia em casa. Positivo (outro exemplo) é o que se passa com crianças órfãs: nunca são abandonadas, pois nunca falta um familiar para acolher a criança que perdeu seus pais. Aplicar à Comunidade cristã a ideia de família, postula por isso sentido forte de pertença, de empenho e de solidariedade. No texto preparatório da II Assembleia, o termo e o conceito reaparecem.

Nessa mesma linha, o Documento final da I Assembleia indicava, na parte final, o caminho para uma Pastoral adaptada à África: considerar a Família como “1º lugar da evangelização”, no sentido de ela ser prioritária como objeto da evangelização, e de ser ponto de partida para uma evangelização irradiante. Não se esqueça que o tema da I Sessão era “a Igreja em África e a sua Missão evangelizadora a caminho do ano 2000”. E o lema: “vós sereis minhas testemunhas” (Act.1.8).

Irei lembrar em próximo texto as maiores linhas de força e os temas centrais da I Assembleia Sinodal. Entretanto, Deus queira que o entusiasmo e empenho que vieram ao de cima na fase da preparação da I Assembleia se repitam, quando as Comunidades se debruçarem em reflexão sobre as questões que o texto preparatório lança, e de cujas respostas sairá o “Documento de Trabalho” a ser presente na Assembleia Sinodal. Há uma dupla pressão para que tal aconteça – duas situações que antes eram menos acentuadas, e que são trazidas à luz pelo texto, de preparação: em relação à fase anterior, agravaram-se os problemas de natureza social; e ao mesmo tempo cresceu a afirmação da Igreja na sociedade, em números e em qualidade de testemunho. E não falemos dos mártires (missionários estrangeiros e cristãos nacionais) que entretanto sacrificaram a vida por causa da fidelidade a Cristo e a pertença à Igreja: só em Angola, 42 Padres, Irmãs ou Irmãos, além de muitos Catequistas (cujo testemunho está em risco de ficar esquecido, se ninguém se encarregar de o registar e documentar em texto escrito).

In «Encontro» n.º 397 – abril 2007

5. A I ASSEMBLEIA DO SÍNODO (1994)

Esta I Sessão teve lugar, como já foi dito, entre 10 de Abril e 8 de Maio de 1994, e dela resultou um Documento orientador para a vida e Missão da Igreja em África, a Exortação “Ecclesia in Africa”. O atual Texto Prévio para a próxima Assembleia, refere-se à primeira nestes termos “a I Sessão do Sínodo, baseada numa visão da Igreja como “Família de Deus” em África, procurou ajudar as Comunidades a “promover uma solidariedade pastoral orgânica em todo o território africano e Ilhas Adjacentes, tendo em vista a resolução dos grandes problemas e conflitos que afetam a África..., salientando a urgência do anúncio evangélico, o indispensável aprofundamento do sentido da fé e a coragem do testemunho em todos os batizados, a preferência pelo perdão e reconciliação nas situações de conflito, e o serviço de promoção da Justiça e da Paz. A Exortação final do Sínodo apresentou uma espécie de projeto de ação pastoral, de forma a permitir à “Igreja-Família de Deus” em África a fidelidade à sua vocação e missão, bem como o serviço à humanidade de Cristo sofrendo na carne dos povos africanos”.

O Texto prévio da I Sessão

Para essa I Sessão, o Texto Prévio (os “Lineamenta”) fora divulgado pela Santa Sé em 1993, e animou a reflexão e análise da situação a todos os níveis das Igrejas locais. Das respostas enviadas pelas 31 Conferências Episcopais (que resumiram e assumiram o contributo da base eclesial) e dos Centros de Teologia e de Pastoral, o Secretariado preparou o Documento de Trabalho sobre o qual o Sínodo se debruçou. Os temas do Texto Prévio, retomados na Assembleia, haviam sido indicados pelo Papa João Paulo II, depois de consulta ao SECAM: anúncio do Evangelho, inculturação, diálogo inter-religioso (e salientou-se o diálogo com a “Religião Tradicional Africana” – “diálogo” no sentido de análise de seus valores e desvalores, e assunção. dos primeiros); o Secretariado acrescentou os Meios de Comunicação Social, a ser postos ao serviço do Evangelho e do “homem” africano.

Do ponto de vista doutrinal, o Sínodo apoiou-se bastante na Exortação de Paulo VI “Evangelii Nuntiandi” (de 1975) – sobretudo na parte da mesma entre os n.os 25 e 35; e, através dela, na eclesiologia do Concílio. Citou a Exortação várias vezes. Por exemplo: “dar a conhecer Jesus Cristo e o seu Evangelho é, a partir da manhã do Pentecostes, o programa fundamental da Igreja” (E.N.51). “Há um laço, que é antropológico, entre evangelização e promoção humana” (E.N. 31). É nesta linha que o Documento final do I Sínodo vai recomendar que se generalizem em África as Comissões Diocesanas ao

serviço da Justiça e da Paz”. A propósito da inculturação, o texto cita ainda uma frase que João Paulo II disse em Coimbra, quando veio a Portugal em 1982: “por ser integral e concreta, a Encarnação do Filho de Deus foi uma Encarnação cultural”. E neste campo, o Documento final da I Sessão dá uma orientação preciosa: “para a inculturação do Evangelho em África, terá de se partir do “húmus cultural” que é a Religião Tradicional Africana, onde há que discernir o positivo e o negativo, assumindo o jeito religioso e o que for autêntico dentro da tradição cultural do Continente.

O Texto prévio da próxima Sessão

O Texto Prévio para a próxima II Sessão, numa descrição concreta, refere os problemas e dificuldades por que passa o Continente, bem como o que tem sido obstáculo (importado de fora ou nascido dentro) à irradiação da fé cristã. Refere tanto “as dores do povo africano” como as circunstâncias que dificultam a Missão da Igreja. Encontramos aí esta lista: o facto de a família estar perdendo coesão moral; a invasão do secularismo ocidental; a intolerância islâmica; a pobreza crescente e as doenças endémicas; as ideologias tintas de ateísmo teórico e prático; a proliferação das seitas sincretistas. Na I Sessão, os Textos, tanto o inicial como o Documento final, também elencavam valores: a existência de Centros Teológicos; a expansão de “Comunidades eclesiais de vida”; o empenho das Comunidades, sob guia dos Pastores, no esforço de inculturação evangélica.

Não é de esquecer o seguinte pormenor: no texto do Documento Prévio da I Sessão, os autores traçaram um breve resumo histórico da missionação na África Ocidental, a qual era crítica em relação aos missionários portugueses, afirmando que da sua ação desde o século XVI ao século XIX “nada ficou”, sugerindo como explicação que a missionação não havia sido inculturante. Esse erro histórico provocou várias reações elucidativas: uma da Conferência Episcopal Portuguesa, outra da CEAST angolana, e outra de um entendido no assunto. Dessa missionação ficaram traços, por exemplo em Angola: desde o século XVI sempre houve sacerdotes, por vezes cónegos, de origem africana; ficaram vários templos que ainda existem; e há lembranças da influência duradoura de algumas Missões, por exemplo da ação dos Missionários Carmelitas na área do Golungo Alto, ainda hoje potencial viveiro de vocações de consagração. Essa afirmação errada já não apareceu no Texto final da I Sessão.

6. A ESTRUTURA DO TEXTO PRÉVIO (OS “LINEAMENTA”)

Como foi dito, a II Assembleia, por decisão papal e empenho do Secretariado do Sínodo, tem dois objetivos: em linha de continuidade com a I Assembleia e o seu Documento orientador “Igreja em África”, intensificar a expansão do Evangelho no Continente africano e a sua “incarnação” na cultura do povo, numa simbiose em que os valores humanos da mesma qualifiquem a expressão cristã; segundo objetivo, a intenção de encorajar os membros da Igreja a se lançarem mais, como indivíduos e como Comunidade (mediante Organismos da Igreja e em colaboração com quem se dedica à promoção do bem comum), às tarefas de Justiça e Paz em favor do Povo africano e o seu desenvolvimento integral.

Naturalmente, o Documento Prévio, que visa provocar a reflexão das Comunidades e das Conferências Episcopais, teria de fazer (e faz) uma análise da situação, no plano da Igreja e da sociedade em geral; teria depois de buscar (e busca) a fundamentação teológica que abra pistas às iniciativas a propor à Igreja em África. Deste modo, o Documento divide-se nas seguintes partes:

Luzes e sombras em África

Parte I-II: descreve analiticamente a situação geral do Continente, e sua evolução depois da I Sessão Sinodal: que houve de positivo, que há de negativo, que ressalta como prioridade (a nível sociopolítico, a nível socioeconómico, a nível sociocultural) em ordem a melhorar a situação social. É o humano e sociológico, nesta fase da História Africana. Afirma o Texto: “melhorou a situação eclesial, a tal ponto que a África é hoje “a grande esperança da Igreja”. Assim, “a Igreja é hoje em África instituição que goza de mais credibilidade junto da população; alguns países, é ela a única realidade social que funciona bem”.

O que aparece de negativo, segundo o Documento, é do campo sociopolítico e socioeconómico: desceu a qualidade de vida, há carências sociais e doenças endémicas; pesa a dívida internacional; guerra civil aqui e acolá e tráfico de armas, refugiados em massa, sucederam “massacres horríveis”, cresceu a mortalidade infantil, degradou-se a economia em vários países, há interferência de potências estranhas, falta solidariedade por parte dos outros Continentes.

O texto convida os cristãos a não baixarem os braços tentando abrir pistas de ação, ao longo de 3 parágrafos e 4 páginas, o Documento prévio saca à luz o que acha serem as prioridades para o empenho dos cristãos – tudo no sentido da promoção da Justiça, Paz e um desenvolvimento solidário. Direi

noutro texto quais são as prioridades que, para o Documento, ressaltam da análise feita e são propostas aos cristãos e pessoas de boa vontade.

A colaboração entre as religiões

A III parte do Documento parte do princípio de que, sem paz entre as Religiões, não haverá paz social; e que por outro lado, as Religiões têm potencial próprio para facilitar a pacificação e a concórdia comum. O texto valoriza antes de mais a Religião Tradicional Africana, a qual pode servir de ponte entre cristãos e muçulmanos, já que as duas Religiões possuem um substrato religioso comum, e a Religião Tradicional é para ambas “o húmus religioso” sobre que devem assentar. Quanto ao Islão, o Documento reconhece a dificuldade em dialogar com ele, por via da sua tendência à intolerância. Mas insiste: é indispensável encontrar, na prática, um terreno comum de colaboração, no campo do desenvolvimento e do bem-estar social.

O papel dos cristãos

Finalmente, a aproximação ecuménica dos Grupos cristãos é terreno a explorar, de forma que ela abra caminho à reconciliação e a uma concórdia mais firme. Não deixa o Documento de lembrar que certos costumes, a coberto da Tradição, são negativos para a paz social e um são desenvolvimento: as práticas de adivinhação e de feitiçaria, que trazem desassossego e rivalidades dentro dos Grupos Humanos. E avança o Texto uma pergunta: onde buscar a “plenitude de vida” que sara as falhas que se notam no ambiente social, e sacie a sede de vida em plenitude, tão típica da cultura africana? Fica apontada a pista para a fundamentação teológica do Documento e as propostas que ele fará, pondo em relevo a necessidade de uma renovação de mentalidades: a solução terá de ser procurada no encontro com Jesus Cristo, Filho de Deus feito Homem, Salvador e Redentor, Fonte de Vida e Dador do amor que tudo renova. As Comunidades cristãs, perante tanta divisão e opressão existente no Continente, perante os excessos do fenómeno da “Mundialização”, deverão converter-se e levar os outros a isso, aprofundando as verdades da fé sobre a “função reconciliadora” de Cristo, sobre a sua mensagem de “Paz”, Justiça e Amor fraterno, tirando daí consequências para a Missão: anunciar Jesus Cristo Reconciliador, Pacificador e Fonte de Vida, e deixar-se transformar por Ele. O Texto apresenta citações bíblicas a condizer: Jo.6.68, Him.1.1, Ef.2.14. E adverte: a solução para os graves problemas que se notam não será fácil. “É no encontro com Deus-Vivo que se comunica em Jesus Cristo que a África, com o exemplo dos cristãos, encontrará a firmeza de uma esperança que a leve

para caminhos de renovação”. É isso, “o amor, a fé, a esperança em Jesus Cristo que a II Assembleia Especial deseja reavivar nos pensamentos e atos dos filhos da Igreja em África” – Palavras do Documento.

Logicamente, colocando numa vida de união a Cristo o segredo para a transformação das mentalidades, o Texto deriva para o único caminho para ir ao encontro de Cristo, e que é uma via sacramental: Cristo Redentor e Igreja-sacramento de Cristo são os dois (ou um mesmo em dois tempos) pilares teológicos onde assenta este Documento Prévio. Nota-se já: para a superação dos problemas que pesam sobre a África, a II Assembleia Sinodal não irá tanto para propostas de natureza técnica, política ou económica, mas para um convite a uma mudança de mentalidades, do topo à base da sociedade.

In «Encontro» n.º 399 – junho 2007

7. A BASE TEOLÓGICA DO TEXTO PRÉVIO

Foi já indicado que o Documento, do ponto de vista doutrinal, se fundamenta simultaneamente em Cristologia e em Eclesiologia: na referência a Cristo e na conversão a Ele, mediante uma vida de compromisso no “sacramento de Cristo” que é a Igreja. Dentro do esquema cristológico, o Documento refere os aspetos da “figura” de Cristo que se podem colher na teologia de S. Paulo, e que apontam para uma espiritualidade de comunhão com Cristo na fé, exprimindo-a em boas obras inspiradas pela caridade – o amor a Cristo expresso no amor ao próximo. Apoio doutrinal do Documento, são por isso as “funções redentoras” de Cristo como Reconciliador, como garante da Paz e da Justiça. Na linha da fé e da comunhão, também os títulos simbólicos de Cristo como “Palavra divina incarnada”, Cristo Pão da Vida e da Fraternidade, Cristo-Fonte de Vida: “a Ressurreição de Cristo confirmou-o como Fonte e Plenitude de Vida” – Ele é o “Príncipe da Vida”, que pela morte na Cruz trouxe à Humanidade a Reconciliação (Col.1.20). O Texto recorda que esta perspetivação “vital” corresponde à mentalidade e às necessidades do Povo Africano, o qual está lutando pela vida e pela “sobrevivência”.

A Igreja, sacramento de Cristo

O capítulo III do Documento é dedicado à Igreja como “sacramento de Cristo”; isto é, como sacramento de reconciliação, de Justiça e de Paz. Assim, como “Família de Deus”, a Igreja em África deve gerar fraternidade e solidariedade (bem expressas na Eucaristia), pois é disso que o Evangelho é

fermento. O Texto não se fica pelos aspetos doutrinários, mesmo se eles inspiram espiritualidade. Passando ao concreto, ele estimula a população ao “amor do trabalho” (n.43), aponta alguns princípios basilares da Doutrina Social da Igreja (o direito de propriedade pessoal, o destino universal dos bens, a necessidade de igualdade e partilha solidária dentro da Sociedade, a funcionalidade da técnica para serviço da pessoa (a qual deve estar no centro de tudo), a centralidade do Bem Comum no quadro de uma Governação justa, o papel do Estado como servidor do Povo, garantindo coesão, unidade e regulamentação justa da convivência e do acesso aos bens). Lembra ainda o “princípio de subsidiariedade”, o qual exige que o Estado não centralize tanto que queira absorver tudo, devendo ao contrário, promover a participação dos cidadãos.

As tentações da sociedade

Curiosamente, os n.os 48-53 tomam a tripla tentação de Jesus no deserto, referida nos Evangelhos, como “símbolo” das tentações a que estão sujeitos a sociedade e os seus membros, particularmente quem tem funções de mando ou ocupa o topo da escala: há a tentação da riqueza sem trabalho (“que as pedras se tornem pão”), a tentação de tornar absoluta e exclusiva a sua própria teoria política ou socioeconómica (inclusive rejeitando a dimensão religiosa e a referência a Deus (“tudo te darei se me adores”)); será necessário “desdivinizar” a política, insinua o Documento no n° 50, pois ela não pode ser dona das pessoas e da sociedade, devendo antes estar ao serviço de ambas.

Continuando no plano prático, o Texto lembra que, na diocese, o Bispo é o 1° motor de todos os aspetos da evangelização, devendo ser “árbitro imparcial” nas rivalidades interétnicas. E nos n.os 56-57, estabelece: as Conferências Episcopais criem Comissões de Justiça e Paz verdadeiramente operacionais, e desenvolvam uma Pastoral sectorial que ajude a dar resposta aos problemas concretos da população. Aos sacerdotes, o Documento recorda que uma dimensão de promoção social faz parte do seu ministério (n° 58). Recorda às Pessoas Consagradas que, pelos votos e pela vivência comunitária, terão de dar testemunho de empenho na concórdia fraterna, na paz e convivência interétnica: “a dedicação às tarefas de reconciliação e paz, e o bom exemplo nesse campo, é intrínseca à sua vocação”. Quanto ao Laicado, terá de levar o fermento do Evangelho para a vida política e a organização da sociedade”. Não se deve esquecer, diz o Texto, o recurso à “cura”, tão cara aos africanos, “sanando e tornando humanas a política, a economia e a cultura”. Há um apelo no n° 78: “acabe o comércio das armas, acabe a exploração selvagem dos recursos do Continente Africano”. E ainda: dê-se lugar às minorias

étnicas, sejam ultrapassados os condicionalismos psicológicos e inter-raciais que podem levar à guerra.

A espiritualidade

O capítulo V e a Conclusão (o Documento traz também, no início, um “Preâmbulo” e uma Introdução) apresentam uma perspectiva de espiritualidade: no mundo, os cristãos devem ser sal, luz e fermento. Cultivem por isso uma espiritualidade de compromisso social e de transformação da sociedade, uma espiritualidade do trabalho bem feito, por amor a Deus e ao próximo; uma espiritualidade orientada para a Comunidade cristã e para o “serviço do mundo” (ou seja, da sociedade). O Questionário final segue a ordem dos vários capítulos, com a intenção de que o topo e a base das Comunidades cristãs manifestem os seus pontos de vista, autoestimulando-se a um empenho evangélico pela renovação, à luz de Cristo e com a colaboração da Igreja, da sociedade africana em todo o Continente.

In «Encontro» n.º 400 – julho 2007

8. ACERCA DO QUESTIONÁRIO

Naturalmente, as perguntas com que termina o Texto Prévio para a II Sessão do Sínodo e dirigidas aos membros das Comunidades cristãs de África, aos Centros de Teologia e ao próprio Episcopado, vão na linha da tripla verificação prevista como primeiro passo a dar pela Assembleia Sinodal, já que ela pretende ser uma continuação, aprofundada, da I Sessão: que impacte e efeito positivo teve o Documento “Ecclesia in Africa” resultante da I Assembleia? Que falta ainda fazer no que toca às recomendações anteriores? Que novos problemas e dificuldades caracterizam presentemente a situação sociopolítica e a vida da Igreja? Falando das dificuldades, o Questionário distingue aquelas que têm origem dentro do Continente e aquelas que provêm “das desordens internacionais”.

O papel da Igreja em África

O Sínodo, porém, visa primariamente revitalizar as Comunidades cristãs e reforçar o seu serviço evangélico às populações do Continente, segundo as exigências do Reino de Deus e do Evangelho. Nesse sentido, apresenta perguntas e temas para diálogo deste género: que dificuldades sociais

são obstáculo à ação da Igreja? A vossa Comunidade local é mesmo uma “Família” ao serviço do Povo? Acham que este sentido eclesial de Família ajuda a superar, unindo todo o Povo, as fricções resultantes da diversidade de raças e tribos? As vossas Eucaristias ajudam a crescer no sentido da reconciliação, da justiça e da paz? E a última pergunta do Questionário vai direitinha à questão do sistema sociopolítico que, pelo que afirma no corpo do texto, o Documento Prévio (e o Sínodo, nesse caso) sugere para África: que pode fazer a Igreja de modo que a situação melhore no que se refere aos Direitos Humanos e à promoção de uma sociedade civil democrática?

O Questionário corresponde claramente aos temas desenvolvidos no corpo do Texto Prévio, e ambos cabem perfeitamente no tema geral indicado pelo Santo Padre para o Sínodo: “a Igreja ao serviço da Reconciliação, da Justiça e da Paz”.

Os exemplos de santidade que vêm de África

O primeiro fruto do Sínodo virá desta reflexão a que todos os cristãos, pessoas e Comunidades, são convidados: as questões propostas permitem tomar o pulso à situação e vislumbrar remédios para ela, tanto a nível da sociedade civil como a nível da vida e testemunho das Comunidades cristãs. Não há dúvida que, quer a preparação, quer o trabalho sinodal que os Bispos Africanos vão desenvolver, quer as orientações que serão fornecidas para a fase Pós-Sinodal, poderão ajudar a Igreja em África a crescer em santidade e a prestar, ao Povo e à sociedade em geral, um serviço que abra para um futuro de desenvolvimento integral e mais Fraternidade.

No nº 51, o Texto Prévio recorda o exemplo de santidade em África que brilha nos seus mártires (os do Uganda, Beata Anuarite e Beato Isidoro Bakanja), em muitos confesores da fé, como os Beatos Cyprien Michael e Iwene Tansi (os autores do Texto esqueceram as dezenas de catequistas que, em Angola, deram testemunho corajoso da sua fé); e acrescenta o nome de um político cristão, testemunhante mas nem mártir nem confessor da fé, que é Julius Nyerere. E o nº 89 cita a seguinte passagem da encíclica de Bento XVI “Deus charitas est”: os cristãos “devem ser pessoas tocadas antes de mais pelo amor de Cristo, pessoas a quem Cristo, pelo seu amor, conquistou o coração, despertando nele o amor do próximo”.

Continua o texto: o cristão está situado no ponto de encontro entre a realidade da salvação e a realidade do mundo, resultando daí uma tensão vital entre martírio (testemunho) e diálogo, orientação para o mundo e testemunho baseado na Cruz de Cristo, o que postula uma formação cristã de qualidade. Esta parte do Texto conclui com a referência à Comunidade de

vida cristã – a sua Comunidade de inserção batismal e à família cristã em que se vive, lembrando que só se é cristão em conjunto com outros cristãos, na grande união da “comunhão dos santos”.

In «Encontro» n.º 401 – agosto/setembro 2007

A MISSÃO DOS JESUÍTAS NA CHINA NOS SÉCS XVI-XVII

Das duas primeiras fases da evangelização na China, parece pouco ter ficado: algo, ao menos uma certa lembrança, permaneceu, provado por dois factos:

– Em plena Mongólia, perto de Xiang, na biblioteca de um antigo mosteiro escavado na rocha e onde viviam alguns monges budistas, mas que a tradição local dizia ter sido de uns monges antigos vindos do Ocidente, foram encontrados por arqueólogos, em 1907, uns 6.000 códices, escritos em sírio e chinês, onde se liam frases do Evangelho, cotejadas com sentenças budistas. Os códices foram levados para Paris e Londres (sobretudo o British Museum), e extratos interessantes foram publicados com o título “OS SUTRAS DE JESUS”. “SUTRA” é um termo budista que significa “linha de rumo”, no caso, “Caminhos de Sabedoria”.

– Outro facto a mencionar, é que, quando os Jesuítas chegaram a Pequim, ouviram falar de uns grupos, no norte da China, que se autointitulavam “os Adoradores da Cruz”. O P. Matteo Ricci, chefe do Grupo missionário, deu a notícia ao Geral da Companhia, P. Acquaviva, e recebeu dele recomendação de indagar se se tratava mesmo de grupos cristãos, que poderiam ser restos dos cristãos arménios, trazidos para ali à força pelo conquistador mongol, o terrível Gengis-Khan, ou se seriam algo do que ficou da evangelização ao longo da “Rota da seda” (pois Marco Polo refere ter encontrado pequenas comunidades cristãs quando por ali viajou), se algo que era fruto das pregações franciscanas na corte do Grão-Khan mongol. P. Ricci não sabia dar resposta. Mas quem a deu, foi um jesuíta açoriano, o P. Bento Gois, mais tarde famoso missionário no Japão (deixou escrita uma “História do Japan”, de que vi um exemplar guardado na biblioteca da Universidade de Ottawa). Sabendo em Goa dessa notícia de “adoradores da Cruz”, o valente Jesuíta meteu-se a pé, desde Goa, atravessou os Himalaias, entrou nas